

De costas contra a parede

JORNAL DO BRASIL

Villas-Bôas Corrêa

4 SET 1987



A adoção do parlamentarismo custa hoje o preço de uma crise que começaria por confrontar o ministro do Exército antes de desestabilizar o presidente José Sarney, principais derrotados numa cada vez menos provável atitude de afirmação da Constituinte.

O outro lado da gangorra, com a manutenção do presidencialismo com qualquer dos seus disfarces e compensações, desmoraliza o Congresso até a mais degradada humilhação. Nenhuma desculpa ou justificativa, por mais bem enrolada em argumentos e sofismas, desmanchará a objetiva constatação de que uma Constituinte que se descobriu com folgada maioria parlamentarista, em muitas pesquisas das mais diversas fontes, arriou a trouxa por medo, frouxidão, covardia ou, o que talvez seja ainda pior, também pelo interesse negociado em barganha com o Palácio do Planalto.

Neste dilema, entre a cruz e a caldeirinha, ficou espremida a Constituinte depois da mobilização das pressões desencadeadas pelo governo e verbalizadas, em eloquência fardada, na ordem do dia lida pelo ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, como portavoza da Presidência da República, na desastrosa reunião ministerial que, de passagem, tascou o Plano Bresser Pereira.

Não há subterfúgio que desmanche a verdade que salta, viva e inteira, da singela constatação dos fatos. Claro que qualquer ministro, mesmo com os seus bordados, pode e deve abrir o bico para soltar os seus trinados em reunião do Ministério, convocada exatamente para isso. Mas ministro do Exército não é o canal adequado para expressar o ponto de vista político do presidente. A estranheza se adensa com a revelação, confirmadíssima, de que o general Leônidas e o presidente Sarney jogaram com cartas marcadas. Tudo foi previamente acertado, inclusive o roteiro sinuoso do desabafo ensaiado, a explodir de surpresa na espontaneidade de improviso escrito, no cenário sigiloso de reunião secreta mas com larga divulgação patrocinada oficialmente.

Que não foi um incidente do qual o governo se arrependa, prova, além da necessidade e da conveniência, o recibo enfático passado pelo presidente Sarney no discurso de visita à fábrica de munição de Piquete.

Assim a Constituinte vai escorregando, aos trancos e tombos, até o grotesco do beco sem saída. Ela é o mais exato exemplo de enquadramento na pitoresca advertência

do provérbio malicioso: se correr o bicho pega, se ficar o bicho come.

Uma Constituinte azarada, largada à matroca, sem liderança nem partidos, certamente que não promete a valentia do bater o pé, ficando com as suas confirmadas convicções. Mas, que diabo, um resto de decoro e mais o instinto de sobrevivência devem protegê-la da avacalhada de uma correria desabalada rumo aos quartéis e mordomias. Portanto, nem a temeridade do parlamentarismo nem a pulhice do presidencialismo.

A Constituinte procura a brecha para por ela esgueirar-se, escapando da abertura com arranhões na pele e o esgarçado dos fundilhos. Tateia-se à meia luz para provocar, por inseminação artificial, um híbrido do cruzamento do parlamentarismo com o presidencialismo. Só que os híbridos sempre puxam mais pelo genes de um dos progenitores: o burro é mais para jumento do que para cavalo; o pintagol tem muito mais do canário belga do que do pintasilgo.

Presidencialismo parlamentarista é uma aberração teratológica, ficção científica de hospício, tão estrambótica como parlamentarismo presidencialista. O sistema de governo resultante da conciliação compulsória que já ampliou prazos, desregulando o relógio suíço do calendário do tolerante dr Ulysses, terá que pender para o presidencialismo, definindo o presidente da República como o chefe do governo ou, na inclinação para o parlamentarismo, transferindo poderes para o primeiro-ministro.

Não dá para empatar nem mesmo em jogo fajuto, de escore manipulado pelo juiz.

Mas, o que poderia representar uma alternativa tolerável nas circunstâncias desintegradas sob o impacto de uma imposição militar, ostensiva e assumida. Depois do soco na mesa, a simulação soa mais falsa e constrangedora do que o reconhecimento do sabido.

Foi no que deu a peraltice do general Leônidas. A transição recuou para as trevas do ciclo militar revolucionário, para os tempos de mais negra escuridão. Porque os sinais estão trocados. Então, caminhava-se para a frente, abrindo espaços, derrubando barreiras, na cadência de uma crescente participação popular. Agora a marcha à ré obriga ao recuo de costas e com o passo certo, o um-dois da ordem unida.

Não há meio-termo no salto fundamental da transição. Ou a Constituinte é soberana, e pode usar e abusar da soberania, ou é patrulhada. Constituinte que se submete à doma, que murcha as orelhas para aceitar o cabresto, não quer ser levada a sério.

Ora, eleger-se uma Assembléia Constituinte que não pode livremente discutir e decidir sobre a forma de governo é pior do que prolongar o arbítrio; é desmoralizar a abertura.

E é em tais funduras que a Constituinte está atolando.